

## Pela Participação Justa de Crianças, Adolescentes e Jovens na Governança Socioambiental

**Preâmbulo:** Reconhecendo que crianças, adolescentes e jovens não são apenas atores passivos diante da tripla crise planetária mudanças climáticas, perda da biodiversidade e poluição mas, além de estarem entre os mais vulneráveis a seus impactos, são também atores-chave na construção de soluções de longo prazo; sua participação deve ser incorporada de forma efetiva, inclusiva e interseccional nos processos de tomada de decisão em níveis local, regional e global, para garantir a democracia e contribuir para proteger o direito de todas as pessoas, das gerações presentes e futuras, a viver em um ambiente que assegure sua saúde e bem-estar. Portanto, crianças, adolescentes e jovens:

- 1. Afirmam que a participação plena, equitativa, inclusiva, efetiva e com perspectiva de gênero de crianças, adolescentes e jovens na tomada de decisões socioambientais é um direito é uma condição indispensável para alcançar uma governança eficaz frente à tripla crise planetária.**

Assim, propomos as seguintes recomendações:

- Incorporar mecanismos vinculantes que garantam a participação genuína, diversa, efetiva e não simbólica de crianças, adolescentes e jovens na formulação, implementação, monitoramento e acompanhamento de políticas socioambientais, negociações e espaços de tomada de decisão, como eixo fundamental para manter espaços com capacidade decisória vinculante, sustentados por mecanismos legais e orçamentários que garantam sua inclusão real e permanente, especialmente para aqueles provenientes de contextos sociais, culturais, étnicos e econômicos diversos.
  - Implementar mecanismos contínuos de monitoramento e avaliação que assegurem transparência e prestação de contas, garantindo que a participação vá além do simbólico e se traduza em ações concretas que reconheçam crianças, adolescentes e jovens como titulares de direitos e agentes ativos na construção de capacidades, incluindo a implementação de metodologias participativas, inclusivas e culturalmente relevantes desde a infância, tanto em espaços educativos quanto comunitários, utilizando ferramentas digitais para ampliar o alcance e a representação.
  - Evitar o tokenismo e a instrumentalização, práticas que limitam a participação autêntica e significativa; o envolvimento deve ser livre de coerções e manipulações que distorcem a expressão genuína dos participantes.
  - Facilitar o apoio financeiro e logístico necessário para garantir sua segurança, bem-estar e participação efetiva nos espaços multilaterais de tomada de decisão, eliminando barreiras econômicas e de acesso.
  - Fortalecer a intergeracionalidade, o que implica uma transformação profunda nos espaços de governança socioambiental. Em alguns processos, crianças, adolescentes e jovens são frequentemente considerados como um grupo homogêneo, o que invisibiliza sua diversidade. Reconhecer essa pluralidade é essencial para avançar rumo a uma representação justa. Igualmente, é urgente um compromisso proativo com lideranças de áreas mais afetadas pelas mudanças climáticas e conflitos armados.
- 2. Afirmam a importância da descentralização e territorialização da governança como chave para reduzir desigualdades.**

Assim, propomos as seguintes recomendações:

- Descentralizar os processos de gestão, tomada de decisão, implementação, avaliação e monitoramento de políticas públicas socioambientais, promovendo uma coordenação eficaz entre múltiplos atores, consolidando espaços de governança colaborativa que favoreçam a responsabilidade compartilhada e a construção coletiva. Projetar políticas públicas socioambientais a partir da perspectiva de quem não conhece a realidade de uma região é como fazê-lo sem visão clara do contexto; por isso, é necessário um planejamento que permita estratégias de longo prazo que ultrapassem o mandato do governo que a criou.
- Repensar as noções tradicionais de Estado e soberania frente aos desafios colocados pela crise climática global, integrando abordagens plurais que reconheçam a diversidade das formas de governança territorial, particularmente em Estados ameaçados pela perda de território, ao mesmo tempo em que se fortalece a soberania territorial como condição fundamental para reduzir desigualdades, garantir uma distribuição justa de benefícios e contribuir para a estabilidade regional e global.
- Considerar a criação de espaços com direito a voto e poder de decisão.
- Promover a criação de observatórios estabelecidos como redes de colaboração e cooperação entre diversos atores, com o objetivo central de promover uma agenda regional e global concreta de ação climática e transição justa, bem como gerar mecanismos eficazes de responsabilização por parte de governos e atores privados, tanto a nível global quanto local.

## Pela Participação Justa de Crianças, Adolescentes e Jovens na Governança Socioambiental

3. Afirmam a importância da responsabilização e regulação corporativa.

Assim, propomos as seguintes recomendações:

- Estabelecer um marco regulatório claro e robusto que assegure que as ações corporativas não comprometam os direitos das gerações futuras, adotando uma abordagem de justiça climática e integrando crianças, adolescentes e jovens como atores-chave no desenho, implementação, avaliação e fiscalização de estratégias públicas voltadas para essa necessidade. Criar processos de auditoria e avaliação nos quais os jovens desempenhem papel fundamental, garantindo que as empresas cumpram padrões rigorosos de sustentabilidade que priorizem os direitos humanos e a proteção ambiental. Exigir que as empresas enfrentem sanções significativas e corretivas por suas contribuições à degradação ambiental, garantindo uma cultura de responsabilidade e sustentabilidade corporativa.

4. **Afirmamos a necessidade de garantir proteção e segurança para defensores ambientais.**

Assim, propomos as seguintes recomendações:

- É imperativo reconhecer a natureza como sujeito de direitos e proteger os defensores de direitos humanos em temas ambientais. Nesse sentido, cada Estado tem o dever de proporcionar um ambiente seguro e propício para que especialmente crianças, adolescentes, jovens, grupos e organismos da sociedade que atuam em direitos humanos e meio ambiente possam atuar sem ameaças, obstáculos ou insegurança. Para fortalecer esse compromisso, é fundamental implementar protocolos específicos de proteção, com base no Acordo de Escazú, garantindo sua integridade física, emocional e psicológica em contextos onde a violência é realidade cotidiana.
- Gerar redes de apoio para defensores climáticos, facilitando o acesso à justiça e mecanismos de reparação. Essas redes devem ser respaldadas por organizações internacionais e fomentar a cooperação intergeracional e transnacional na defesa dos direitos ambientais.
- Promover uma educação crítica sobre direitos humanos e ambientais.

5. **Afirmamos a importância de espaços de formação e educação que garantam o acesso democrático à informação socioambiental.**

Assim, propomos as seguintes recomendações:

- Em conformidade com o Acordo de Escazú, é prioritário garantir o acesso democrático e oportuno a informações completas, confiáveis (relevantes) e adequadas (interculturais), bem como máxima transparência na tomada de decisões e processos, para assegurar um processo de participação justo, equitativo e inclusivo. Autoridades, entidades e/ou órgãos competentes devem assegurar que a informação socioambiental seja reutilizável, processável e disponível em formatos acessíveis, sem restrições para sua reprodução ou uso.
- Promover espaços de formação técnica e política para uma participação e tomada de decisão informadas.
- Fortalecer lideranças com perspectivas diversas e interseccionais, para que crianças, adolescentes e jovens desempenhem um papel real na construção de políticas públicas e na governança ambiental em níveis local, nacional e internacional.
- Democratizar o acesso à informação por meio da educação e conscientização, fortalecendo capacidades em direitos, liderança e gestão ambiental, bem como promovendo a autonomia de iniciativas juvenis para definir suas prioridades e metodologias.

Crianças, adolescentes e jovens clamam por ação climática urgente e ambição por parte dos governos, organizações internacionais e sociedade civil nos níveis global, nacional e local. Conclamamos todos os Estados e atores a tomarem medidas prioritárias para enfrentar o negacionismo climático e assegurar a participação efetiva e inclusiva, com abordagem interseccional, de crianças, adolescentes e jovens na gestão de políticas socioambientais, garantindo sua integridade e segurança em todos os aspectos. Através da intergeracionalidade, democratização e descentralização, será possível construir um futuro justo, equitativo, inclusivo e resiliente, onde as novas gerações não herdem apenas os problemas socioambientais, mas também as habilidades, conhecimentos e ferramentas para não apenas solucioná-los, mas também reconstruir o tecido social e reconhecer os ecossistemas como sujeitos de direitos.

Da mesma forma, é fundamental estabelecer indicadores claros e mecanismos eficazes de monitoramento que permitam a avaliação periódica e transparente dos compromissos assumidos neste manifesto; só assim será possível garantir que as ações propostas não permaneçam apenas no discurso, mas se tornem realidade.